

Direito das Sucessões – 2º ano B

Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro

Prof. Doutor Daniel Morais

Dra. Joana Macedo Vitorino

Dr. João Pedro Vinagre

Exame de 19-06-2023

Duração: 90 minutos

Tópicos de correção

Questão 1

- i) O testamento de 2020 não coloca problemas de forma (testamento cerrado – artigos 2204.º e 2206.º) ou capacidade (artigo 2188.º). A disposição testamentária estabelece um fideicomisso válido a título de herança (artigos 2286.º e 2030.º n.º 2), na qual Tiago é fiduciário e Renata fideicomissária.
- ii) Na convenção antenupcial, temos dois pactos sucessórios designativos (ou institutivos), em que António, um dos esposados, designa como legatários contratuais Carlos e Daniel, que aceitam no próprio ato. Os pactos sucessórios são, em geral, nulos, a não ser quando estejam previstos na lei (artigos 946.º/1, 1699.º/1/a) e 2028.º/2). O artigo 1700.º, n.º 1, alínea b), em nome do princípio do favorecimento matrimonial, admite a nomeação de legatário em favor de terceiros, feita por um dos esposados. As doações por morte constituem ainda dois legados por conta da legítima, válidos, por terem sido aceites.
- iii) No testamento de 2022, António pretende que os herdeiros que aceitem pura e simplesmente respondam ilimitadamente pelos encargos da herança. No entanto, nos termos do artigo 2071.º, a responsabilidade dos herdeiros pelos encargos da herança é sempre limitada. Na verdade, a aceitação pura e simples apenas onera o herdeiro com a prova da insuficiência dos bens da herança (n.º 2 do artigo 2071.º). Assim, o testamento é inválido por violação de norma imperativa (artigo 294.º). A invalidade configura uma nulidade atípica sujeita ao regime dos artigos 2308.º e seguintes.

Questão 2

- i) Os herdeiros legitimários são o cônjuge e os descendentes, de acordo com as regras da sucessão legítima (artigos 2133.º, n.º 1, a), 2134.º e 2135.º *ex vi* do artigo 2157.º). Todos os legitimários preenchem os pressupostos da vocação, com exceção de Carlos: existência do chamado; titularidade da designação prevalente; e capacidade sucessória.
- ii) A pré-morte de Carlos desencadeia o direito de representação em benefício de Manuela na sucessão legal (artigos 2039.º, 2040.º, 2042.º, 2044.º, 2140.º e 2160.º). Na sucessão contratual, a não sobrevivência de Carlos determina a caducidade do legado feito a seu favor (artigo 1705.º, n.º 4). Efetivamente, o artigo 2302.º, n.º 1, estabelece que os legatários nomeados em relação ao mesmo objeto beneficiam de direito de acrescer entre si. Todavia, tal preceito não é aplicável a pactos sucessórios. Nas doações por morte, aplica-se o disposto no artigo 944.º, n.º 1, que afasta, na ausência de estipulação em contrário, o direito de acrescer entre donatários.

- iii) $VTH = R (800) + D (200) - P (100) = 900$ (artigo 2162.º)
 $QI = 600$ (artigo 2159.º/1)
 $QD = 300$
- iv) Legítima subjetiva de cada um dos herdeiros legitimários (Bianca, Daniel, Eduardo e Manuela): $600 / 4 = 150$ (divisão por cabeça, artigos 2136.º e 2139.º/1).
- v) O legado por conta da legítima é imputado na quota hereditária legal de Daniel, ou seja, prioritariamente na sua legítima subjetiva e, subsidiariamente, na quota disponível (50). No legado por conta da legítima, o autor da sucessão procura atingir uma finalidade de igualação, pelo que é aplicável analogicamente o regime de funcionamento da colação. Logo, o remanescente da herança, após imputação das liberalidades na legítima e na quota disponível, vai servir para igualar os restantes descendentes.
- vi) No âmbito da sucessão testamentária, a substituição fideicomissária fica sem efeito com a morte de Renata. Para o caso, é irrelevante que a fideicomissária tenha sobrevivido ao autor da sucessão. Uma vez que a fideicomissária não poderá aceitar a herança, a disposição a favor do fiduciário, Tiago, transforma-se em disposição pura e simples (artigo 2293.º, n.º 2).
- vii) A fórmula de cálculo da herança na sucessão testamentária é a seguinte: $R (800) - P (100)$. Assim, a deixa a favor de Tiago deve ser quantificada em 70, pois o autor da sucessão atribui-lhe $1/10$ da herança.
- viii) De acordo com a posição da regência (PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito das Sucessões Contemporâneo*, 5.ª edição, Coimbra, Gestlegal, 2022, pp. 321-324), a doação em vida a Bianca do bem x200 deve ser imputada na quota indisponível. Uma vez que o valor do bem doado supera a legítima subjetiva de Bianca, o excesso (50) será imputado na quota disponível. Contudo, ao contrário do legado por conta da legítima, não haverá lugar a igualação.
- ix) Mapa da Partilha

	QI (600)	QD (300)	VTH (900)
B	150 (a)	50 (a)+43,33(c)	243,33
C (M)	150	43,33(c)	193.33
D	150(b)	50(b)	200
E	150	43,33(c)	193.33
T	----	70	70
Total	600	300	900

- (a) Imputação prioritária da doação feita ao cônjuge na QI, como o valor da doação (200) é superior ao valor da sua legítima subjetiva (150), o excesso é imputado na QD.

- (b) Imputação do legado contratual por conta da legítima na quota hereditária legal de D.
 - (c) Valor resultante da igualação possível, decorrente do legado contratual por conta da legítima.
- x) *Igualação por tentativas:*
- 1) Cálculo da Quota Disponível livre = $300 - (50 + 50 + 70) = 130$.
 - 2) Não é possível a igualação absoluta, porque tal implicaria atribuir 50 a Bianca, Manuela e Eduardo.
 - 3) Assim, o valor que sobra na quota disponível será dividido por cabeça:
 $130 / 3 = 43.33$.

Igualação por cálculo da quota hereditária:

- 4) Determinação da herança legítima fictícia: Quota disponível livre + parte do legado por conta da legítima imputado na QD = $130 + 50 = 180$.
- 5) Divisão da herança legítima fictícia por todos os herdeiros legitimários (incluindo o cônjuge) = $180 / 4 = 45$.
- 6) Quota hereditária legal = Legítima subjetiva + quota na herança legítima fictícia = $150 + 45 = 195$. Na medida em que o valor do legado contratual por conta da legítima é superior ao valor da quota hereditária legal, a igualação absoluta não é viável. A QD livre (130) será assim dividida por Bianca, Manuela e Eduardo.